

ATA DE JULGAMENTO
PROCESSO Nº. 176/2023 – CHAMADA PÚBLICA 013/2023

No vigésimo sétimo (27ª) dia do mês de dezembro de dois mil e três (2023), às 09:00 horas, reuniu-se a COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195, DE 08 DE JULHO DE 2022 - LEI “PAULO GUSTAVO” DECRETO Nº. 2986/2023, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023, para proceder ao julgamento dos documentos nº II - **HABILITAÇÃO**: Sendo os agentes inscritos, **Guilherme Paitl de Aquino - MEI**, inscrito no CNPJ sob nº. 36.948.486/0001-31, com sede a Avenida Pau Brasil, nº. 390, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo; **Tiago Acácio Aparecido Dias**, inscrito no CNPJ sob nº. 18.291.345/0001-07, com sede a Rua das Paineiras, nº. 60 – Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, **Jessé de Oliveira Ratier**, inscrito no CNPJ sob nº. 49.212.349/0001-86, com sede a Avenida Tarumã, nº. 899 – Centro, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, **Adriano da Silva Nascimento**, inscrito no CNPJ sob nº. 14.031.038/0001-36, com sede a Rua Pérola, nº. 25 – Vila Cristal, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, neste, relativa ao processo em epígrafe que objetiva o **Edital nº. 126 /2023 chamamento público - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS “DEMAIS ÁREAS CULTURAIS” seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da complementar 195/2022 (lei paulo gustavo)**, contando com a presença dos membros, a Senhora Flávia Teodoro da Silva; Rozimeire de Fátima Vilas Boas e Josiane Maria Barreto da Silva, Os membros da Comissão analisaram detidamente os documentos das licitantes, onde verificou-se que atenderam integralmente aos requisitos do Edital de Chamamento. A seguir, a Comissão prolatou os documentos, conforme quadro abaixo, com fundamento nos critérios constantes na legislação vigente. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata. Eu, Josiane Maria Barreto da Silva, Membro, escrevi, digitei e subscrevi.

ITEM 10.1.2. HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA	
I - documentos pessoais do representante legal (RG e CPF);	x
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;	x
III - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.	x

Diante do julgamento acima, foi publicado no Diário Oficial do Município de Tarumã - GDOE, Ano IV – Edição nº 1331 o resultado da I - Primeira etapa seleção de Candidaturas, sendo que transcorrido o prazo para eventuais recursos não houve manifestação. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, os presentes firmam este instrumento. Eu _____, Josiane Maria Barreto da Silva, escrevi, digitei e subscrevi.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos a participação no referido certame, apresentando nossos protestos de consideração e apreço.

FLÁVIA TEODORO DA SILVA
Membro

JOSIANE MARIA BARRETO DA SILVA
Membro

ROZIMEIRE DE FÁTIMA VILAS BOAS
Membro